Aviso de contumácia n.º 3113/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel Pires, juiz de direito da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 290/04.0JDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Agostinho Coutinho Caridade, filho de Ramiro Caridade Rodrigues e de Marcelina Coutinho Ferreira, natural de Aguiar, Barcelos, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Fevereiro de 1973, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11213492, com domicílio no Lugar de Quinta Nova, Aguiar, 4750 Barcelos, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto simples, previsto e punido pelo artigo 203.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em Abril de 2004 e um crime de burla informática e nas comunicações, previsto e punido pelo artigo 221.º, n.ºs 1 e 5, do Código Penal, praticado em Abril de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Pires*. — A Oficial de Justiça, *Maria João Ganilha*.

Aviso de contumácia n.º 3114/2006 — AP. — O Dr. Eduardo Manuel Pires, juiz de direito da 1.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 230/02.0GAMGL, pendente neste Tribunal contra o arguido Carlos Alberto Jesus Mendes, filho de Luciano Mendes e de Joaquina de Jesus, natural de Santa Isabel, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 3 de Fevereiro de 1952, casado, titular do bilhete de identidade n.º 4996615 e da identificação fiscal n.º 810118521, com domicílio na Rua Presidente Arriaga, 166, 3.º, 1200-774 Lisboa, por se encontrar acusado da prática de dois crimes de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea a), e n.º 3, do Código Penal, praticado em 20 de Agosto de 2003 e um crime de burla qualificada, na forma continuada, previsto e punido pelo artigo 30.º, n.º 2, e artigo 217.º, n.º 1, e 218.º, n.º 2, alínea a), do Código Penal, praticado em 20 de Agosto de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 16 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

18 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Eduardo Manuel Pires*. — O Oficial de Justiça, *Tiago Rodrigues*.

2.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 3115/2006 — AP. — O Dr. António Castanheira, juiz de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 4461/99.0JDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Garcia José dos Santos Chambel, filho de José Chambel de Oliveira e de Isabel Princesa Melo dos Santos, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 13 de Outubro de 1968, titular do bilhete de identidade n.º 14655969, com domicílio na Rua Almirante Reis, 69, Sacavém, 2885 Sacavém, por se encontrar acusado da prática de vinte e dois crimes de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a), e 256.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal, em datas indeterminadas, praticado em 1999, dois crimes de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a), e 256.º, n.º 1, alínea a) e n.º 3, do Código Penal, em datas indeterminadas, praticado em 1999, cinco crimes de falsificação de documento, previsto e punido pelos artigos 255.º, alínea a), e 256.º, n.º 1, alínea a), do Código

Penal, em datas indeterminadas, praticado em 1999, dois crimes de burla qualificada, previsto e punido pelos artigos 217.º, n.º 1, e 218.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 1999, um crime de burla qualificada na forma tentada, previsto e punido pelos artigos 217.º, n.º 1, e 218.º, n.ºs 1 e 2, alínea a), do Código Penal, praticado em 1999, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

16 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Castanheira*. — A Oficial de Justiça, *Elisete Duarte*.

Aviso de contumácia n.º 3116/2006 — AP. — O Dr. António Castanheira, juiz de direito da 2.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1102/04.0PCAMD, pendente neste Tribunal contra o arguido Fábio Rafael Sousa Lopes, filho de Marcelino Olavo Lopes e de Senhorinha Maria Sousa, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 9 de Janeiro de 1982, titular do bilhete de identidade n.º 16163126, com domicílio na Urbanização Arouca do Mar, 421, 1.º, direito, Quarteira, 8125 Quarteira, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º do Código Penal, praticado em 30 de Outubro de 2004, foi o mesmo declarado contumaz, em 13 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

17 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *António Castanheira*. — O Oficial de Justiça, *Elisete Duarte*.

4.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 3117/2006 — AP. — O Dr. Sérgio Corvacho, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1972/96.3SPLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido José Rocha Silva, filho de João Silva e de Maria Helena Rocha, natural de São Tomé e Príncipe, de nacionalidade cabo-verdiana, nascido em 23 de Junho de 1996, solteiro, com domicílio na Rua das Fontainhas, 97, A, Amadora, o qual foi condenado em 19 de Maio de 1998, por Acórdão, transitado em julgado em 15 de Fevereiro de 1999, na pena efectiva de 17 anos de prisão pela prática de um crime de homicídio qualificado, previsto e punido pelos artigos 131.º e 132.º, n.ºs 1 e 2, do Código Penal, praticado em 24 de Novembro de 1996, foi o mesmo declarado contumaz, em 9 de Janeiro de 2006, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

10 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Sérgio Corvacho*. — O Oficial de Justiça, *Elisabete Martins*.

Aviso de contumácia n.º 3118/2006 — AP. — O Dr. Abrunhosa de Carvalho, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribu-

nal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 15115/03.5TDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Luís Carlos Castro Semedo, filho de José Carlos Semedo e de Maria Fernanda Moreira dos Reis Castro, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 12 de Outubro de 1978, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 13861493, com domicílio na Orchideestraat, 20-A, Roterdão, por se encontrar acusado da prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelos artigos 21.º, n.º 1, e 24.º, alínea c), do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, praticado em 1 de Outubro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 10 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Abrunhosa de Carvalho*. — O Oficial de Justiça, *Clara Campino*.

Aviso de contumácia n.º 3119/2006 — AP. — O Dr. Sérgio Corvacho, juiz de direito da 4.ª Vara, 1.ª Secção da Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 809/01.8POLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Bruno Alexandre Agostinho Coelho, filho de Vítor Manuel Carvalho Coelho e de Maria Cristina Pedro Agostinho Coelho, natural de Vila Franca de Xira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 30 de Março de 1979, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11959257, com domicílio na Rua Jacinto Martire Falcão, Chanicão, Alpiarça, o qual foi em 17 de Fevereiro de 2003, condenado por acórdão, transitado em julgado em 7 de Junho de 2004, na pena de quatro anos de prisão, pela prática de um crime de tráfico de estupefacientes, previsto e punido pelos artigos 21.º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, com referência às Tabelas I-A e I-C anexas, praticado em 15 de Junho de 2001, foi o mesmo declarado contumaz, em 11 de Janeiro de 2006, nos termos dos artigos 335.º, 337.º e 476.º, todos do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

13 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Sérgio Corvacho*. — O Oficial de Justiça, *Elisabete Martins*.

Aviso de contumácia n.º 3120/2006 — AP. — O Dr. Sérgio Corvacho, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 6038/95.0JDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Joaquim Daniel Silva de Jesus, filho de Garcia de Jesus Joaquim e de Mariana da Silva Daniel, natural de Relíquias, Odemira, de nacionalidade portuguesa, nascido em 28 de Março de 1960, titular do bilhete de identidade n.º 6770392, com domicílio em sem abrigo, pernoita junto à 6.ª Esquadra da Polícia de Segurança Pública da Mouraria, Lisboa, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 296.º, n.º 1, e 297.º, n.º 2, alínea d), e 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal na redacção que lhe foi introduzida pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de Março, praticado em 10 de Maio de 1995, por despacho de 11 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por detenção.

16 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Sérgio Corvacho*. — O Oficial de Justiça, *Elisabete Martins*.

Aviso de contumácia n.º 3121/2006 — AP. — O Dr. Sérgio Corvacho, juiz de direito da 4.ª Vara Criminal do Tribunal da Comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1131/99.3JDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido José Manuel Teixeira Magalhães, filho de João Alberto Lobo Magalhães e de Deolinda Conceição Teixeira Duarte Magalhães, natural de São Sebastião da Pedreira, Lisboa, de nacionalidade portuguesa, nascido em 2 de Outubro de 1968, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 8978864, com domicílio na Hintere Christofsasse, 3, Porta 22, Mainz, por se encontrar acusado da prática de um crime de furto qualificado, previsto e punido pelos artigos 203.º, n.º 1, e 204.º, n.º 2, alínea e), do Código Penal, praticado em Fevereiro de 1999, por despacho de 18 de Janeiro de 2006, proferido nos autos supra-referidos, foi dada por finda a contumácia, com cessação desta a partir daquela data, nos termos do artigo 337.º, n.º 6, do Código de Processo Penal, por apresentação.

20 de Janeiro de 2006. — O Juiz de Direito, *Sérgio Corvacho*. — O Oficial de Justiça, *Elisabete Martins*.

6.ª VARA CRIMINAL DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA

Aviso de contumácia n.º 3122/2006 — AP. — A Dr.ª Laura Maurício, juíza de direito da 6.ª Vara Criminal do Tribunal da comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 1105/03.1 PMLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido José António Gomes, filho de António Gomes e de Joana Dinis, natural de Angola, de nacionalidade angolana, nascido em 21 de Dezembro de 1976, solteiro, com domicílio no Bairro do Arco Íris (ex. Bairro Peniche) III, J, lote 10, 2.º-C, porta 9, Peniche, por se encontrar acusado da prática de um crime de roubo, previsto e punido pelo artigo 210.º, n.º 1, do Código Penal, praticado em 23 de Dezembro de 2003, foi o mesmo declarado contumaz, em 18 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

20 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Laura Maurício*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Céu Lopes*.

Aviso de contumácia n.º 3123/2006 — AP. — A Dr.ª Laura Maurício, juíza de direito da 6.ª Vara Criminal do Tribunal da comarca de Lisboa, faz saber que, no processo comum (tribunal colectivo), n.º 399/02.4JDLSB, pendente neste Tribunal contra o arguido Maurício Jorge Gonçalves Sanches Cabral, filho de Maurício Sanches Cabral e de Regina Pereira da Rocha Gonçalves, natural de São Jorge de Arroios, Lisboa, nascido em 14 de Março de 1976, solteiro, titular do bilhete de identidade n.º 11987839, com domicílio na Estrada Militar, lote 5, Camarate, Loures, 2685 Loures, por se encontrar acusado da prática de três crimes de falsificação de documento, previsto e punido pelo artigo 256.º, n.º 1, alínea a), do Código Penal, com referência ao artigo 255.º, alínea a), do mesmo diploma legal, praticados em 29 de Novembro de 2001, 18 de Janeiro de 2002 e 23 de Janeiro de 2002, foi o mesmo declarado contumaz, em 20 de Janeiro de 2006, nos termos do artigo 335.º do Código de Processo Penal. A declaração de contumácia, que caducará com a apresentação do arguido em juízo ou com a sua detenção, tem os seguintes efeitos: a suspensão dos termos ulteriores do processo até à apresentação ou detenção do arguido, sem prejuízo da realização de actos urgentes nos termos do artigo 320.º do Código de Processo Penal, a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados pelo arguido, após esta declaração e a proibição de obter quaisquer documentos, certidões ou registos junto de autoridades públicas.

25 de Janeiro de 2006. — A Juíza de Direito, *Laura Maurício*. — A Oficial de Justiça, *Maria do Céu Lopes*.